



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG
CURSO DE GEOGRAFIA

OSÉIAS FERREIRA FONSÊCA

**ÁGUA, ESPAÇO E CIDADANIA: estudo de caso sobre a problemática do
abastecimento hídrico no Bairro Antônio Mariz, Cuité-PB**

Campina Grande- PB

2021

OSÉIAS FERREIRA FONSÊCA

**ÁGUA, ESPAÇO E CIDADANIA: estudo de caso sobre a problemática do
abastecimento hídrico no Bairro Antônio Mariz, Cuité-PB**

Artigo Apresentado ao Curso de
Licenciatura em Geografia da
Universidade Federal de Campina
Grande (UFCG), em cumprimento
as exigências para obtenção do título
de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Lincoln da
Silva Diniz.

Campina Grande- PB

2021

OSÉIAS FERREIRA FONSÊCA

**ÁGUA, ESPAÇO E CIDADANIA: estudo de caso sobre a problemática do
abastecimento hídrico no Bairro Antônio Mariz, Cuité-PB**

Artigo apresentado e aprovado em ____/____/ 2021 como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Geografia, Unidade Acadêmica de Geografia – UAG, Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz
Orientador

Profa. Ma. Priscila Bastos Maciel do Nascimento
Examinador Externo

Prof. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo
Examinador Interno

Campina Grande
2021

FONSÊCA, Oséias Ferreira. *ÁGUA, ESPAÇO E CIDADANIA: estudo de caso sobre a problemática do abastecimento hídrico no Bairro Antônio Mariz, Cuité-PB*. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2021.

RESUMO

A problemática do abastecimento hídrico é um fenômeno que atinge vários municípios brasileiros, onde diversos fatores irão contribuir para a dificuldade de superação desse problema. O caso do Bairro Antônio Mariz no município de Cuité-PB, é abordado nessa pesquisa a partir das suas sucessivas crises de abastecimento hídrico, que afetam a sua população. Essa pesquisa teve o objetivo de analisar as formas pelas quais a população do mencionado bairro lida com a falta d'água. Para essa pesquisa, foi realizada consultas bibliográficas para um embasamento teórico sobre o tema. Foram coletadas informações que tratassem dessa problemática, especialmente do âmbito político e administrativo (planejamento/políticas públicas). O bairro em questão trata-se de um bairro periférico, o que faz com que o problema da falta d'água seja uma situação ainda mais grave. Os habitantes das áreas periféricas geralmente sofrem mais com a ausência do Estado. Foram identificadas, no bairro selecionado, diversas formas de “convivência” com a escassez hídrica, como: alguns poços artesianos, captação de águas de chuvas para cisternas de placas, compra de água de carros-pipas, etc. Tais ações são paliativas e não garantem uma segurança hídrica para as famílias do lugar. Contudo, mantém-se a necessidade de ações governamentais definitivas e eficazes para estas populações, que aguardam um abastecimento digno e cidadão.

Palavras-chave: Abastecimento hídrico. Periferia. Cuité. Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A segregação socioespacial abrange uma grande parte do processo de urbanização das cidades. Tal processo atinge parcela ampla das cidades brasileiras seja pela disparidade econômica, diferença de crenças e etnias, entre outros aspectos. Esses fatores agregados a outras problemáticas como questões políticas e falta de planejamento urbano, levam as pessoas a morarem em locais periféricos, menos atraentes, sem infraestrutura, sendo assim excluídos de vários espaços da cidade. A periferia é caracterizada em muitos casos pela localização espacial, como área que circunda o centro de um aglomerado urbano. As periferias surgem nas cidades capitalistas a partir do uso diferenciado e desigual do solo, sendo produto da desconformidade social e econômica. A moradia digna é reconhecida como direito humano, porém por muitas vezes esse direito não é garantido, levando muitas famílias a ocupar espaços insalubres e sem as devidas condições básicas. Esta pesquisa teve como objetivo avaliar as condições de captação de água da população do Bairro Antônio Mariz no município de Cuité devido à falta de abastecimento por parte do principal reservatório de água da cidade, o Açude Boqueirão do Cais. Para a realização desta pesquisa foi levado em conta a primeira etapa metodológica através da pesquisa bibliográfica e

análise teórica, a forma para servir de suporte a esta primeira etapa, seria a realização de entrevistas aos moradores locais, mas devido à pandemia da Covid-19, essa segunda etapa da pesquisa que seriam as entrevistas, não pôde ser realizada, por consequência das medidas sanitárias a serem tomadas nesse período, portanto esta pesquisa contou com a análise dos dados e informações coletas de acordo com a pesquisa bibliográfica que serviu para a elaboração da fundamentação teórica. Considerando essas etapas, o trabalho desenvolveu-se numa base teórica, pautada principalmente em torno da periferia urbana e da escassez de água, como também uma leve introdução sobre dos dados geográficos e socioeconômicos do município de Cuité, e por fim, a situação hídrica atual do Bairro Antônio Mariz. A crise hídrica é um problema enfrentado por várias áreas pelo Brasil, principalmente na região Nordeste, essa falta de água é um problema que envolve não só a questão natural, mas também humana, devido à convivência com a seca, as políticas públicas acabam sendo de extrema importância para a população que passa por essa situação, sendo ainda mais acentuada em locais periféricos das cidades. Os métodos de captação de água acabam impondo uma dificuldade a mais na vida de pessoas que vivem outros problemas além da escassez hídrica. E a dependência de ações governamentais para driblar esse problema são fatores a se observar nesses locais mais abastados dos centros urbanos. Com a falta de abastecimento por parte do principal reservatório que distribuía água para a cidade, logo são observados diversos métodos de lidar com a falta de abastecimento, seja através de obras do governo, ou por empreendimentos privados, em que os habitantes passam a se adaptar à novas formas de viver, saindo assim de um conforto que deveria ser banal.

2. POLÍTICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, CIDADANIA E PERIFERIA

A busca por ações governamentais para lidar com a falta de água é essencial, visto que a população mais carente acaba por ser muito dependente de políticas públicas que venham a ser aplicadas para beneficiar a população, em geral necessitada.

O acesso aos recursos hídricos é direito de todos e objetiva atender as necessidades essenciais da sobrevivência humana. Sendo assim, os recursos hídricos estando em escassez, é papel do Estado buscar maneiras de contornar uma situação adversa como a crise hídrica.

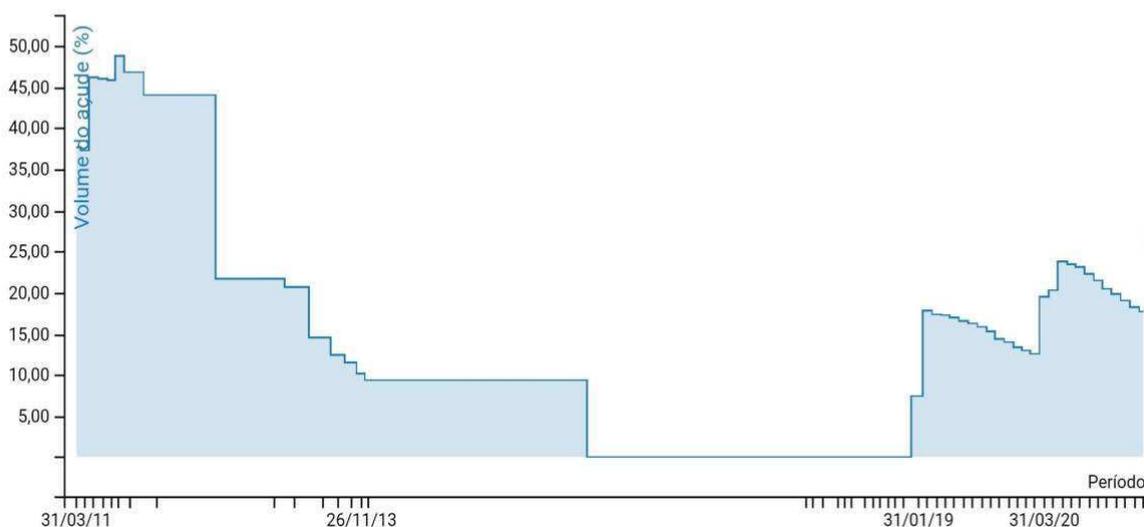
A questão hídrica está intrinsecamente ligada ao aprofundamento das relações capitalistas de produção na condução de uma política hídrica que prioriza a privatização da água e legitima o valor econômico de um bem natural indispensável à vida (SILVEIRA, 2006).

Para a discussão principal deste trabalho, faz-se necessário compreender o que de fato são políticas públicas. Em Campos (2013), nos é mostrado que políticas públicas são as ações, práticas, diretrizes, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade. Para Andrade (2014), diante das calamidades que historicamente ocorreram na região Nordeste na primeira década do século XX, as políticas de combate a seca passaram a ter um caráter mais consolidado. Assim, no ano de 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que em 1945 foi reformulada e passou a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Por sua vez, a construção de açudes se tornou uma espécie de medida padronizada para solucionar o problema das secas. Segundo Pompeu Sobrinho (1953, p. 90), pretendia-se que “cada município tivesse o seu grande açude de alvenaria”. Para os representantes do DNOCS era necessário ainda que as infraestruturas fossem colossais para poderem armazenar maior volume de água. Diante da baixa eficácia do modelo de política adotado, o cenário recorrente de calamidade impunha ao governo federal a necessidade de se adotar medidas emergenciais para socorrer a população. A utilização de caminhões-pipa para distribuir água foi uma medida emergencial que se tornou padrão nas últimas décadas do século XX.

Segundo Andrade (2014), as inúmeras intervenções públicas com vistas a solucionar a questão do desabastecimento de água da população do semiárido não foram suficientes. O problema das secas na região possui uma série de variáveis que se correlacionam e formam um cenário de calamidade recorrente. Calamidade essa, observada no município de Cuité, onde o abastecimento por parte do principal reservatório da cidade, o Açude Boqueirão do Cais, encontra-se cessado desde o ano de 2013, quando houve seu colapso, e até hoje não foi retomada a distribuição de suas águas, pelo fato de seu nível manter-se sempre baixo, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1: Volume do açude Boqueirão do Cais nos últimos 10 anos (2011 – 2021).

VOLUME DO AÇUDE BOQUEIRÃO DO CAIS



Fonte: AESA¹.

O popularmente conhecido como “açude de Cais” em seus dias de fornecimento de água, abastecia não só a cidade de Cuité, mas também a cidade vizinha, Nova Floresta, que por consequência, também se encontra sem o uso da água desse reservatório no momento.

A população hoje é abastecida principalmente por água advinda de poços artesianos, e através de abastecimento de cisternas por caminhão pipa (Figura 01), ambos adquiridos por meios públicos com distribuição gratuita pelo governo, ou mesmo por meio da aquisição através da compra direta. Devido à escassez de água no município, diversas empresas surgiram com o negócio da venda de água, seja potável ou para uso em geral, alguns abriram pontos de revenda de água, onde compram água vinda de fontes em outras cidades para revender pra população local, onde os clientes geralmente fazem o pedido via telefone, assim, o funcionário realiza a entrega da quantidade de baldes de água solicitado, acontecendo então uma espécie de delivery de água, ou mesmo, os clientes se dirigem até o estabelecimento realizando a compra de água, acontece ainda, a situação de venda de água através de carros pipa ou carros de comercialização de água, que são carros com tanques, que saem pela cidade divulgando e fazendo propaganda da venda desse recurso (Figuras 02 e 03). Existem ainda, empresários que perfuram poços artesianos e oferecem aos moradores a encanação da água desse poço em troca de uma mensalidade fixa, dessa forma,

¹ A Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA) é um órgão estadual gestor dos recursos hídricos paraibanos. É responsável por ações como operação e manutenção de reservatórios.

substituindo o serviço anteriormente feito pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA², em tempos de abastecimento hídrico pelo açude Boqueirão do Cais.

Figura 01: Caminhão-pipa.



Fonte: FONSÊCA, 2021.

Figuras 02 e 03: Veículos de comercialização de água.



Fonte: FONSÊCA, 2021.

Com essa situação pode-se observar que serviços, antes públicos, agora são de iniciativa privada, fazendo com que o acesso à água pela população mais carente seja prejudicado. Aos habitantes que possuem uma melhor condição financeira, a falta de água

² A Companhia tem como objetivo, planejar, executar e operar serviços de saneamento básico em todo o território do Estado da Paraíba, compreendendo a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e disposição final dos esgotos, comercializando esses serviços e os benefícios que direta ou indiretamente decorrerem de seus empreendimentos, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

não foi tão sentida, pois devido seu poder aquisitivo podem estar adquirindo água sem grandes esforços através da compra. Quanto à população mais carente, observa-se uma grande dependência por parte da ação do poder público para distribuir e organizar o abastecimento a essa comunidade. Esse é o caso do Bairro Antônio Mariz, onde este, por estar situado distante do centro e possuir uma população relativamente mais carente, acaba sendo mais vulnerável nessa crise hídrica, e o impacto passa a ser sentido de forma mais abrupta nessa localidade.

De acordo com Souza (2017), os fatores que contribuem para que a Região Nordeste seja uma região climaticamente seca, são os grandes desmatamentos e a devastação da caatinga, provocadas por exemplo pela intensa exploração de lenha e aplicação da pecuária. Estas práticas vêm criando áreas de desertificação pelo semiárido do Nordeste brasileiro, sendo observadas por Carvalho (2012), onde, segundo este autor, os problemas de hoje são mais graves do que os de ontem, porque começamos a assumir a noção e o entendimento de que há um processo de desertificação em curso, em várias áreas semiáridas do Nordeste, podendo-se observar que além da perda dos nutrientes do solo, tornando-o improdutivo, agrava também a estiagem, o que afeta o volume de água nos reservatórios das cidades localizadas em áreas com baixa precipitação, sendo isso observado por Souza (2017), quando este afirma que o sertão nordestino apresenta as menores incidências de chuvas, isso no âmbito nacional. As secas na região semiárida brasileira só passaram a ser consideradas como grave problema a partir da segunda metade do século XVIII. O semiárido brasileiro constitui a região seca mais povoada por seres humanos do mundo (SILVA, 2006).

Foi no início do século XXI, segundo Campos (2014), que predominou o paradigma da construção de reservatórios, grandes médios e pequenos, com a ideia de tornar a região menos vulnerável às secas. Sendo apenas no ano de 1985, por meio do governo estadual, que o açude em questão veio a ser construído no município. Também são observados a existência de vários poços artesianos, tanto particulares, como de uso público, perfurados justamente como mais uma forma de lidar com a falta de obtenção de água pelo maior reservatório, sendo essa ideia reforçada por Martins (2015), onde este afirma que várias sedes municipais foram atendidas por ações emergenciais durante a seca de 2012-2015, a partir da instalação de adutoras de montagem rápida e de perfuração de poços.

Dentre as ações empreendidas pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)³ para promover a convivência com o semiárido, a construção de cisternas de placas de concreto para captação da água de chuva (Figura 04) se destacou como forma de garantir o acesso à água para a população segundo (ANDRADE, 2014). Isso é visível no município, onde são encontradas um grande número de residências com esse tipo de construção, tanto na área urbana como na zona rural, vindo a ser uma forma prática de captação de água para amenizar a falta desta, pelo abastecimento principal vindo do açude, sendo assim uma ação secundária para obter esse recurso natural para uso.

Figura 04: Cisterna de placa de concreto.



Fonte: CBIC, 2019.

Outra forma de combate às secas que pôde ser observado, foi o uso de carros-pipa. Martins (2015) afirma que, no tocante aos carros-pipa para a garantia do abastecimento humano, estes, não se encontram em número suficiente para este atendimento. Com o agravamento da crise hídrica nas áreas urbanas dos estados da região, este meio acaba sendo utilizado de forma mais frequente no que diz respeito ao poder público, em áreas rurais. De acordo com Cavalcanti (2021), as ações governamentais implementadas na região semiárida do Nordeste, via programas de construção de cisternas rurais e outras fontes de captação e acumulação de água, embora tenham contribuído, em parte, para o alívio das populações

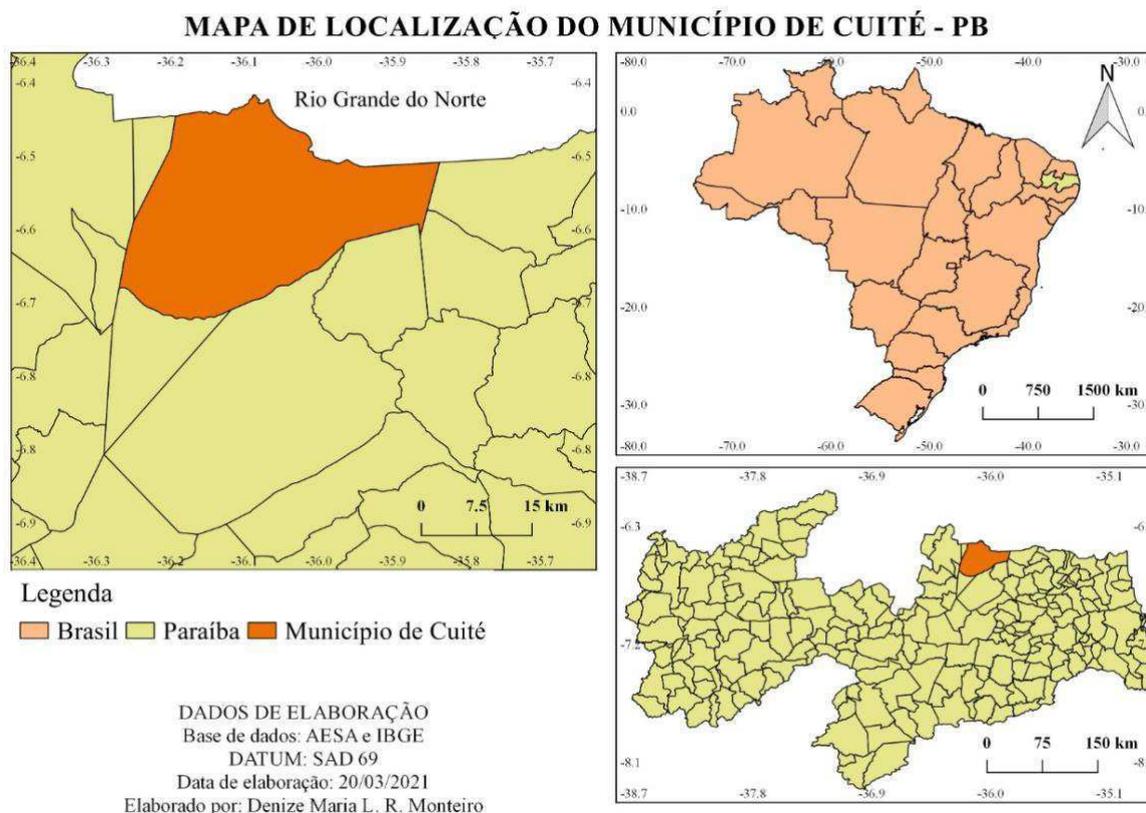
³ A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, etc.

rurais, atendidas por esses programas, ainda não foram suficientes para a grande transformação da região.

3. O MUNICÍPIO DE CUITÉ E A PROBLEMÁTICA DO ABASTECIMENTO HÍDRICO

O município de Cuité localiza-se na porção oriental do Planalto da Borborema, na zona fronteiriça dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, como pode ser observado na Figura 05. Na antiga classificação do IBGE, o município compõe a microrregião do Curimataú, e hoje, na nova divisão, corresponde a região imediata de Cuité/Nova Floresta. A área territorial do município é extensa, 741,840 Km², sendo o sexto maior dentre os 223 que compõe o Estado; conta com uma população estimada em 20.334 habitantes, e uma densidade demográfica de 26,93 hab./km² (IBGE, 2017).

Figura 05: Mapa de localização do município.



Cuité conta também com uma população, onde o salário médio mensal dos trabalhadores formais encontra-se em 1,7 salários mínimos. Se tratando de esgotamento sanitário, o município possui uma taxa de esgotamento sanitário em torno de 15%. De acordo com dados do SAGRES (2021), a prefeitura municipal tem uma folha pessoal de 887

funcionários, divididos em inativos, efetivos, eletivos, comissionados e contratação por interesse público, tornando-a responsável por uma grande quantidade de empregos.

De acordo com dados do relatório de diagnóstico dos municípios da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, CPRM⁴ (2005), O município de Cuité está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com altitudes variando entre 650 a 1.000 metros. O relevo é geralmente movimento, com vales profundos e estreitos dissecados. Com respeito à fertilidade dos solos é bastante variada, com certa predominância de média para alta.

A área da unidade é recortada por rios perenes, porém de pequena vazão, e o potencial de água subterrânea é baixo.

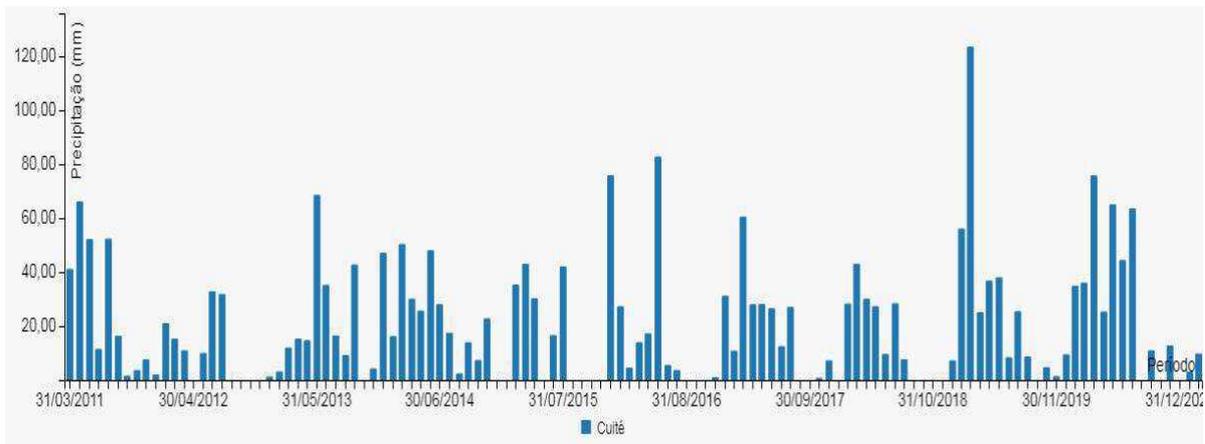
O clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão seco. A estação chuvosa se inicia em janeiro/fevereiro com término em setembro, podendo se adiantar até outubro. Nas superfícies suaves onduladas a onduladas, ocorrem os *Planossolos*, medianamente profundos, fortemente drenados, ácidos a moderadamente ácidos e fertilidade natural média e ainda os *Podzólicos*, que são profundos, textura argilosa, e fertilidade natural média a alta. Nas elevações ocorrem os solos *Litólicos*, rasos, textura argilosa e fertilidade natural média. Nos vales dos rios e riachos, ocorrem os *Planossolos*, medianamente profundos, imperfeitamente drenados, textura média/argilosa, moderadamente ácidos, fertilidade natural alta e problemas de sais. Ocorrem ainda afloramentos de rochas.

O município de Cuité encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Jacu. Os principais cursos d'água são: os rios Jacu, Japi, Pinta Cachorro, Campo Comprido, do Paturá, de Trapiá e Bonsucesso, além dos riachos: do Tamanduá, da União, do Maribondo, do Gama, da Cachoeira, do Barandão, Monte Alegre, do Pau de Leite, da Quixaba, do Alegre, Serra do Negro, do Cachorro, dos Grossos, Fechado, do Café, Tanque de Areia, do Açude Velho, da Fortuna, do Saco de Areia, do Recanto, da Cachoeirinha, do Araújo, do Soares, Baixa de Pedra, da Caiçara, de Santa Rita e dos Cavalos. Os principais corpos de acumulação são os açudes: Boqueirão do Cais (12.367.300m³), Monte Alegre, do Alegre e a Lagoa Bela Vista. Todos os cursos d'água têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico (CPRM, 2005).

⁴ Serviço Geológico do Brasil, cuja missão é gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hídrica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

De acordo com dados da AESA (2019), a média pluviométrica mensal de Cuité é de 76 mm, já a média anual é de 916 mm. No Gráfico 2, pode-se observar a média pluviométrica no município de Cuité no período correspondente à última década, e na figura 6 observa-se a média pluviométrica do mês de fevereiro do ano vigente no Estado da Paraíba.

Gráfico 2: Média pluviométrica no município de Cuité nos últimos 10 anos (2011-

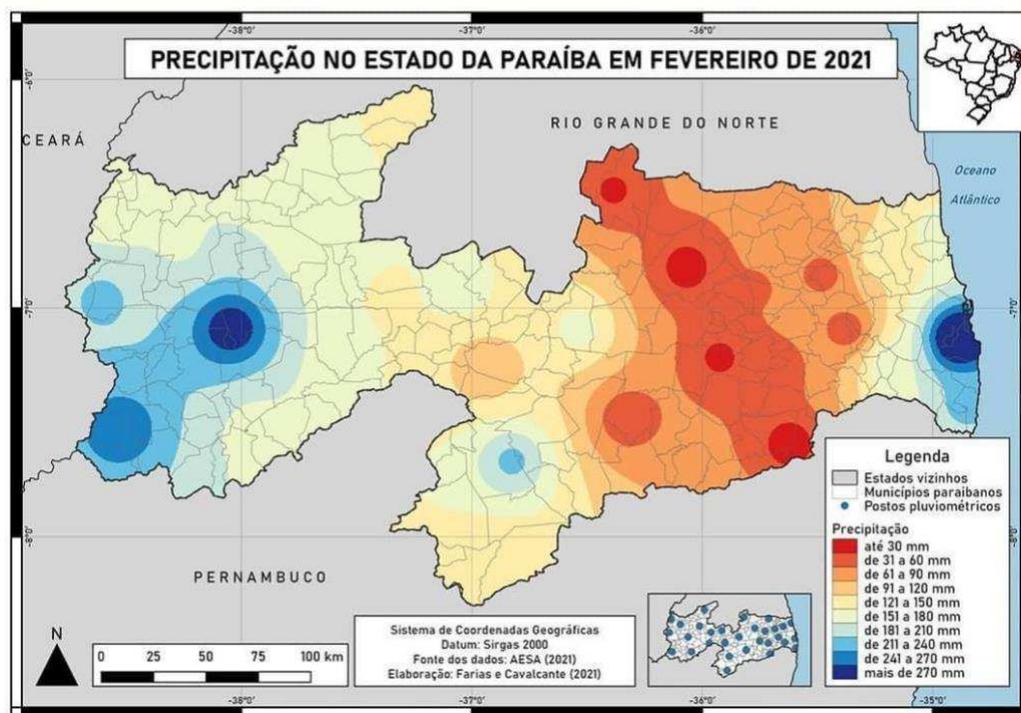


2021).

Fonte: AESA.

Com esses dados é possível chegar à conclusão de que o município comprovadamente passa por uma estiagem a longo prazo, visto tanto em dados anuais, como em dados recentes, conforme destacado na Figura 6. Esta situação mostrada nos elucidada de como a crise hídrica é afetada pelo fenômeno climático do semiárido, mas a causa maior do desequilíbrio e da falta de água para as populações locais, se deve a ausência de políticas eficazes para segurança hídrica.

Figura 06: Média pluviométrica da Paraíba em fevereiro de 2021.



Fonte: AESA.

A questão da segurança hídrica é essencial para todos os povos. No caso do município de Cuité, constitui uma problemática ampla, que afeta todo o município, especialmente, as populações mais desfavorecidas, que habitam as áreas mais pobres e precárias em infraestrutura básica, como saneamento sanitário e distribuição de águas.

Atualmente, o município de Cuité não é abastecido pela CAGEPA, populações de diferentes classes sociais se utilizam de recursos próprios para obter água, como: perfuração de poços artesianos, construção de cisternas domésticas (cisternas de placas ou cisternas feitas de tijolos), aquisição de água em carros-pipas, etc.

Embora seja uma cidade que concentre importantes serviços regionais, como: universidade (Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande), hospital e maternidade municipal, Escola Técnica Estadual, casas comerciais (supermercados, lojas, etc.) e feira livre, a questão hídrica afeta historicamente o desenvolvimento local e compromete o seu futuro.

As populações que habitam os bairros de Cuité, como: Centro, Vinte e Cinco de Janeiro, Basílio Fonseca, Eucalipto, Aliança, Bela Vista, Novo Retiro, Antônio Mariz, etc., sofrem cotidianamente com a falta de água potável. A situação dos bairros mais periféricos é agravada com a falta de recursos financeiros de suas populações, pois água se tornou uma mercadoria também para essas populações, como o bairro Antônio Mariz, conhecido popularmente como bairro do Tambor.

3.1 O Bairro Antônio Mariz e a sua configuração espacial hídrica atual

Os bairros periféricos como o Antônio Mariz, popularmente conhecido como “Bairro do Tambor”⁵ (Figura 07) passam por problemas comuns nessas localidades devido à segregação presenciada nessa faixa urbana das cidades. Como afirma Negri (2008):

Segregação, quer dizer, diferenciação residencial segundo grupos, significa diferencial de renda real – proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade aos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infra-estrutura, etc. Se já existe diferença de renda monetária, a localização residencial implica em diferença maior ainda no que diz respeito à renda real. (NEGRI, 2008).

Figura 07: Praça localizada no Bairro Antônio Mariz, com destaque a árvore Pé de Tambor

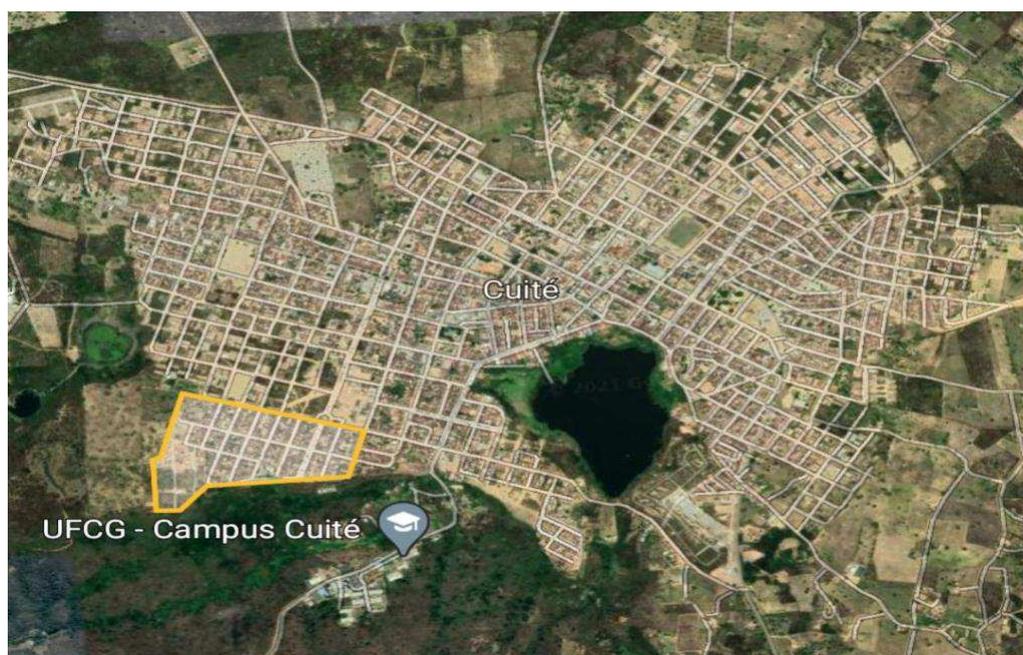


Fonte: FONSÊCA, 2021.

De acordo com os estudos de Negri (2008) a segregação sócioespacial age diretamente nas possibilidades de exercício da cidadania. Com efeito, as desigualdades existentes refletem-se no acesso às políticas públicas, em razão de sua localização espacial, da renda monetária e o bem-estar-social (Figura 08).

Figura 08: Localização do Bairro Antônio Mariz.

⁵Devido a existência de diversas árvores, conhecidas popularmente como “Pés de Tambor”, árvores centenárias e de grande porte, extremamente resistentes à seca, parentes dos Baobás africanos, tendo como característica principal seu tronco muito largo, o Bairro Antônio Mariz, mesmo recebendo este nome oficial em homenagem ao ex-governador paraibano falecido, a população local e de áreas adjacentes sempre associaram a existência e a identificação deste bairro com a presença numerosa destas árvores no lugar.



Fonte: Google Earth, adaptada, 2021.

O problema da falta de abastecimento de água acaba sendo só mais um, em meio á tantos outros que os residentes desses bairros têm que conviver. A falta de lojas e escolas próximas do Bairro Antônio Mariz faz com que a população local tenha que constantemente deslocar-se em direção ao centro e a outros bairros da cidade em busca desses serviços. Apesar da falta desses serviços específicos, o bairro em questão conta com uma Unidade Básica de Saúde (UBS), conta com alguns pequenos comércios (borracharias, padarias, mercearias, etc.) e Residência Universitária do Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande (Figura 09), também localizada neste bairro. A estrutura do bairro é qualitativamente baixa, não existe saneamento básico, e os dejetos residenciais geralmente são despejados em fossas sépticas, o escoamento da água da chuva é feito naturalmente, onde o intemperismo, causado pelas águas das chuvas, deixam as ruas esburacadas.

Figura 09: Residência Universitária.



Fonte: FONSÊCA, 2021.

O bairro atualmente passa por um processo de calçamento de ruas, obras realizadas pelo governo municipal, onde algumas ruas estão sendo calçadas, melhorando a qualidade das vias, pois quando chove, o próprio acesso principal ao bairro é dificultado devido a formação de poças d'água e lama, além de ruas esburacadas (Figuras 10 e 11). O bairro também conta com o problema da baixa iluminação pública, fazendo com que durante a noite seja temido o tráfego de pessoas pelas ruas, pois acaba sendo um ambiente propício a assaltados ou outros tipos de crimes.

Figuras 10 e 11: Rua com obras de calçamento.



Fonte: FONSÊCA, 2021.

A maior parte das construções no Bairro Antônio Mariz são de casas habitacionais. Este bairro vem passando ainda por um processo de expansão, onde loteamentos próximos

cada vez mais recebem construções de novas casas, bem como espaços para outros usos, como encenações teatrais em algumas épocas do ano⁶.

O Bairro Antônio Mariz foi por muitos anos “vizinho” do lixão da cidade, até que o lixão foi transferido para outra área, localizada na zona rural do município, pois o terreno do antigo lixão passou a fazer parte da área do campus universitário da UFCG. O bairro em questão tem uma relação intrínseca com o mencionado campus universitário, desde a sua instalação em 2006. Por causa de sua proximidade com este espaço educacional, houve um aumento de construções de novas residências no bairro pesquisado. O processo de valorização imobiliária se intensificou, especialmente com o crescimento do número de imóveis para locação. Tal tendência afetou os preços dos terrenos e casas do lugar, que se tornaram mais caros.

O Bairro está localizado em uma área periférica da cidade, situando-se em uma área de maior altitude que dos bairros vizinhos, denominado popularmente de “borda da serra”. Em tempos de racionamento de água, as populações mais “simples” sempre associavam a falta de água nas torneiras de suas casas, a altitude do bairro. Acreditavam que o fator altitude era o principal responsável pela falta de água em suas casas. Contudo, observando a topografia da área urbana da cidade de Cuité, constata-se que todo o seu território ocupa uma área de altitude maior que de suas áreas vizinhas. Sendo assim, é improvável que a falta de água nas residências do mencionado bairro seja simplesmente devido a altitude do seu terreno.

Na Unidade Básica de Saúde do bairro (Figura 12), além dos serviços médicos básicos prestados à população local, como consultas médicas e vacinações, é nesse local que ocorre também a coleta de água por parte dos habitantes. O poço foi perfurado na parte de trás da UBS. O poço tem horário de funcionamento nas segundas, quartas e sextas-feiras de 07 às 11 da manhã e das 14 às 17 horas no período da tarde. A água é bombeada para uma caixa d’água e em seguida para três torneiras, onde as pessoas colocam seus baldes para captação dessa água, como pode ser visto na figura e 13:

Figura 12: Unidade Básica de Saúde do Bairro Antônio Mariz.

⁶ Nesse bairro encontra-se ainda a rua Samuel Furtado, nela foi representada a Via Sacra, onde foram construídas estátuas representando os principais acontecimentos durante o caminho de Cristo, do seu julgamento até sua ressurreição. Essa via constitui a principal rua de acesso ao referido bairro (figura 14).



Fonte: FONSÊCA, 2021.

Figura 13: Poço para captação de água da população.



Fonte: FONSÊCA, 2021.

A captação de água de forma ou pública pode ser feita também através de uma caixa d'água com capacidade para 10 mil litros de água (Figura 15), localizada na rua central do Bairro, a Rua Samuel Furtado (figura 14). Essa caixa d'água serve principalmente às pessoas da própria rua e demais ruas que estão mais distantes do poço localizado na referida UBS.

Essa caixa d'água é abastecida dia sim, dia não, com carros-pipas contratados pelo governo municipal, portanto qualquer morador pode chegar e coletar água de forma gratuita.

Figura 14: Rua Samuel Furtado (Principal rua do Bairro).



Fonte: FONSÊCA, 2021.

Figura 15: Caixa d'água de 10 mil litros, que serve de abastecimento aos moradores.



Fonte: FONSÊCA, 2021.

Hoje, a maior parte da população do Bairro Antônio Mariz opta pela captação de água através de poços artesianos, onde algum empresário custeia a perfuração do poço com recursos próprios e também instala a encanação até às residências, as quais são requeridas a

água provinda desse poço particular, em que é cobrada uma taxa mensal por esse serviço. Dessa forma, acontece uma espécie de terceirização do serviço de abastecimento de água, onde essa passa agora a ser um investimento privado, gerenciado pelos donos dos poços perfurados.

O caso do Bairro Antônio Mariz é bastante emblemático, uma vez que revela a situação social crítica, a partir do seu acesso precário ao recurso hídrico potável. Tal realidade é compartilhada em inúmeras localidades interioranas e periféricas no território brasileiro, especialmente, nas regiões mais pobres, como a região semiárida do Nordeste.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as práticas adotadas para lidar com a escassez hídrica no Bairro Antônio Mariz, no município de Cuité-PB. Essa problemática é observada em vários municípios brasileiros. No caso estudado nesse trabalho, trata-se de uma área periférica da mencionada cidade, a qual os moradores geralmente são de origem mais humilde, caracterizando-a ainda mais dependente de ações governamentais efetivas para superar essa situação. Geralmente nessas áreas afastadas dos centros urbanos, estas enfrentam problemas, como: falta de estrutura, iluminação, saneamento básico e segurança, entre outros problemas. Contudo, a falta d'água constitui um dos problemas mais graves.

As ações que foram observadas nesse bairro, foram todas formas de resolver o problema apenas de forma momentânea, como: perfuração de poços, utilização de água por abastecimento de caixas d'água, cisternas, carros-pipa, etc. Tratam-se de alternativas que apresentam limitações e não solucionam completamente a problemática do abastecimento hídrico.

Como a região já está naturalmente inserida em um clima que passa por frequentes períodos de estiagem, essa causa faz com que seja necessário aprender a conviver com essa situação, já que ela não pode ser mudada, existe então a necessidade da ação governamental em criar políticas de maior efetividade onde essa problemática deixe de ser de fato um problema.

Existem várias formas de solução do problema da falta d'água, que podem ser observadas inclusive em várias sociedades pelo mundo que passam por uma situação parecida, onde através de maneiras de convivência com a estiagem essas populações, mesmo vivendo em áreas até mesmo desérticas.

A situação em questão, constitui um problema de ordem política, após ser observado que esse fenômeno passa a ser um problema ao qual a adaptação a ele é essencial. Nota-se, nesse caso, uma questão de gestão e convivência com algo que já é intrínseco com a área abordada nessa pesquisa. Portanto, a disseminação da ideia de “combate à seca”, acaba sendo equivocada, pois esse fenômeno é uma situação a qual deve ser tratada de forma adaptativa. Com isso, a gestão pública e a prática de ações governamentais vão ser o fator chave para a superação desse problema, visto que a solução paliativa não é tão interessante numa perspectiva de longo prazo, então são necessárias práticas eficientes de convivência com a seca.

Por fim, as políticas públicas são necessárias para os habitantes do bairro pesquisado, são ações que devem ter caráter de urgência, pois os seus moradores sofrem cotidianamente com a falta de um abastecimento hídrico regular e potável. O problema da escassez hídrica deve, portanto, ser ponto de pauta central nas ações públicas dos governos em todas as esferas, desde do âmbito federal ao estadual e municipal, garantindo o abastecimento hídrico regular, seguro e, sobretudo, cidadão.

5. REFERÊNCIAS

AESA, Agência Executiva de Gestão das Águas. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br>>. Acesso em 06/03/2021.

ASA, Articulação do Semiárido Brasileiro. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br>>. Acesso em 13/03/2021.

ANDRADE, Jucilaine Aparecida d. NUNES, Marcos Antônio. **Acesso à água no Semiárido Brasileiro: uma análise das políticas públicas implementadas na região.** Revista Espinhaço: vol. 3, n. 2, 2014.

CAGEPA, Companhia de Água e Esgotos da Paraíba. Disponível em: <<http://www.cagepa.pb.gov.br>>. Acesso em 13/03/2021.

CAMPOS, José Nilson B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos.** Estudos Avançados: vol. 28, n. 82, 2014.

CARVALHO, Otamar de. A seca e seus impactos. In.: **A questão da água no Nordeste.** Brasília: CGEE, 2012.

CAVALCANTI, Nilton de Brito. BRITO, Luiza Teixeira de Lima. RESENDE, Geraldo Milanez de. **Em busca de água no sertão do nordeste**. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em 13/03/2021.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água Subterrânea. Diagnóstico do município de Cuité, estado da Paraíba/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>> Acesso em 13/03/2021.

MARTINS Eduardo Sávio Passos Rodrigues. MAGALHÃES Antonio Rocha. **A seca de 2012-2015 no Nordeste e seus impactos**. Parcerias Estratégicas: vol. 20, n. 41. Brasília, 2015.

NEGRI, S. M. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises**. Coletâneas do Nosso tempo, Rondonópolis – MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Tese de Doutorado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2006.

SILVEIRA, Sandra Maria Batista. CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. CLEMENTE, Flávia da Silva. **A condução das políticas hídricas para o Semiárido Brasileiro: a ação do Estado e as lutas sociais**. Emancipação: vol. 14, n. 2, págs. 249-260, 2014.

SOUSA, Jacimone Delfino de. BRITO, Felipe Cesar da Silva. LIMA, Décio Carvalho. MEDEIROS, Altevir Paula de. PAIVA, Anna Catarina Costa de. MARACAJA, Patricio Borges. **O desenvolvimento da região nordeste: uma abordagem econômica e ambiental**. Revista Brasileira de Gestão Ambiental, vol. 11, n. 1, 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA, Folha de pessoal. Disponível em: <<https://sagres.tce.pb.gov.br>>. Acesso em 14/03/2021.